

Favor, cordialidade & direitos: repercussões educacionais
Favor, cordiality & rights: educational repercussions

Daniele Pechuti KOWALEWSKI¹

RESUMO: O presente artigo visa a uma indagação sobre a permanência do favor em nossa socialização e nossa democracia. Ao pensarmos em tal assunto, uma questão parece latente: a “nossa” dificuldade em distanciar as esferas pública e privada ao longo da formação do Estado Nacional; ou nosso estranhamento com a idéia de direitos (universalidade, igualdade, responsabilidades, reciprocidade). Minha intenção é especificar tal dificuldade em nossa sociabilidade e, conseqüentemente, em nossa escola. Para tanto, utilizo as análises de Sérgio B. de Holanda sobre o *homem cordial* e as de Roberto Schwarz sobre o *favor* em nossa história, na vida da personagem Capitu e no diário de Helena Morley. Ao final sugiro questionamentos para pensarmos, com relação aos problemas contemporâneos da educação brasileira, ligados ao tema da pluralidade cultural, no que somos e no que possamos vir a ser.

PALAVRAS-CHAVE: Cordialidade. Favor. Escola. Pluralidade cultural. Democracia no Brasil.

APRESENTAÇÃO

Acostumamo-nos, hodiernamente, a ouvir uma avalanche discursiva sobre o tema da *diferença*. Entre diferentes gêneros, modos de vida e etnias, celebramos a pluralidade, e cada grupo, em sua especificidade, em sua alteridade em relação aos demais, reivindica seu espaço na arena política, através do reconhecimento de sua diferença e na busca de ações afirmativas que contemplem tal singularidade. Em nosso caso, é-nos conhecido que a diversidade marca a vida social brasileira. Com relação a isso, no campo educacional, vários documentos foram pensados a partir da Constituição de 1988, quais sejam, Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) e Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), que assinalam como grande desafio para a educação o estabelecimento de conexões entre o que se aprende na escola e a vida da população brasileira, valorizando a criticidade e a formação da cidadania, ressaltando a democracia como eixo que possibilita uma vida mais ética. O tema transversal *Pluralidade Cultural*, nos PCN,

¹ Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil. Doutoranda e Mestre em Sociologia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. (FE/USP). Cidade Universitária, São Paulo – S.P., com projeto de dissertação *Diferenças Culturais na Educação: discursos, desentendimentos e tensões*, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Flávia Schilling.

caracteriza tal desafio pela necessidade do combate e superação de atitudes discriminatórias, tanto no que concerne a raça, gênero, costumes, modos de vida, quanto a dogmas religiosos e níveis socioeconômicos. Os atuais documentos enviados pelo MEC (BRASIL, 2007) para a abordagem do mesmo tema nas escolas demonstram uma ampliação de objetivos. O *educar na diferença* ainda é um dos grandes desafios de nossa educação, observa-se, porém, uma ampliação do tema, que não se pauta somente na questão da identidade nacional, mas no processo de socialização dos alunos, consideradas as diferenças acima elencadas, e no relacionamento desses com a realidade nacional. Devido a isso, torna-se necessário entender como o ideário liberal formou-se entre nós e quais foram suas repercussões. Ao buscarmos tal compreensão deparamo-nos com um elemento constante: o *favor*, definido aqui como revelador de uma forma de sociabilidade, que tende a construir pontos de encontro e separações entre os diversos, de diferentes classes e ‘raças’ ao longo da nossa história.

Encontramos nos vários intérpretes, tanto nos domínios da sociologia e da história quanto no da crítica literária², a tentativa de compreensão da sociedade brasileira e a busca pela definição de uma possível “identidade nacional” que nos configure como singularidade e que, concomitantemente, dê um sentido à nossa formação (ARANTES; ARANTES, 1997) como sociedade. Ao pensarmos em tal assunto, uma questão parece latente: a “nossa” dificuldade em distanciar as esferas pública e privada ao longo da formação do Estado Nacional; em outros termos, nosso estranhamento frente à imparcialidade de um aparelho estatal burocrático ou mesmo nossa quase negação à vida pública, tida, pela óptica comum, como dispensável ou assunto para “profissionais”. Daí nossa constante esquivança ao ideário liberal, com seus direitos abstratos e impessoais (universalidade, igualdade, responsabilidades, reciprocidades) devido ao que Raymundo Faoro (2000) intitulou de “cadáver insepulto” de nossa política, que privilegia relações patriarcais e patrimoniais, dificultando a inserção dos valores democráticos em nossa sociedade.

Para a presente análise, minhas “lentes” de acesso à questão de nossa sociabilidade são as obras *Raízes do Brasil* (2006a), de Sérgio Buarque de Holanda; *As idéias fora de Lugar* (2000) e *Duas Meninas* (2007), ambas de Roberto Schwarz. Buscarei aqui, por meio de um olhar perspectivo, interrogar a composição de nosso modo histórico de ser, pensado tanto em termos de “atualidade” como de “mobilidade”³. Termino não concluindo, mas sim indagando, sobre a relação entre a nossa sociabilidade e a nossa escola, observando que, também em relação às diretrizes educacionais, nossas demandas liberais parecem deslocadas.

Tais indagações sobre nossa formação democrática fazem parte de um projeto mais amplo de minha atual pesquisa de mestrado sobre os diversos discursos acerca da diferença/diversidade que marcam, atualmente, a educação brasileira, seus

² Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Manoel Bomfim, Gylberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr, Raymundo Faoro, Florestan Fernandes, Antonio Candido, dentre outros.

³ Tal idéia inspira-se em Foucault e suas precauções metodológicas para o estudo das relações de poder.

dilemas e contradições. Pesquiso alguns discursos e ações políticas que originam as diretrizes sobre pluralidade cultural na educação, analisando como houve certo deslocamento do ideário de igualdade entre todos para a preponderância de um discurso que ressalta a diferença - como de gênero, raça, etnias, opção sexual, estilos de vida, religiões, etc. Para a análise da temática em seu plano teórico, parece ser necessário entender a questão em um duplo aspecto: o global e o local. O primeiro, proveniente das grandes mudanças ocorridas com a globalização, tais como a aceleração econômica e o intercâmbio entre as culturas, possibilitado pelos avanços tecnológicos, e o segundo, com a valorização das especificidades provenientes de cada cultura, muitas vezes vista como resposta à homogeneização global ou renascimento da diferenciação por grupos que afirmam a identidade como algo essencial. Neste artigo, busco ressaltar, quais são as características da democracia no Brasil, a fim de compreender como tais idéias e transformações são interpretadas, visando suas repercussões educacionais. Seriam as idéias sobre a pluralidade, inclusão, diferença, novamente idéias fora de lugar? (SCHWARZ, 2000) Mal-entendidos em relação à *nossa democracia?* (HOLANDA, 2006a).

FAVORES E CORDIALIDADES

Uma res publica representa, em geral, aqueles vínculos de associação e de compromisso mútuo que existem entre pessoas que não estão unidas por laços de família ou de associação íntima: é o vínculo de uma multidão, de um “povo”, de uma sociedade organizada, mais do que o vínculo de família ou amizade. Richard Sennett (1998, p. 16)

Parafraseando Kant sobre a obra de Rousseau, devemos ler *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, duas vezes: primeiro pela beleza de seu estilo e depois pela sua importância. Ensaio publicado em 1936, no centro de grandes mudanças ocorridas pelos singulares anos 30, seu texto busca desvendar quais são os motivos que retardam o nascimento de um “futuro melhor” para a nossa nação. Não poupando críticas às nossas “raízes ibéricas”, Holanda pretende construir interpretações do país a partir de seu processo de colonização para alcançar o momento presente. Neste sentido, não vê o autor simplesmente um “transplante”, mas uma “interação” entre o Brasil e seu colonizador, Portugal. Tal ressalva é importante, pois não se trata, em sua obra, de reconstituir a identidade nacional brasileira, mas sim a identidade brasileira “tradicional”, compreendida como um dos pólos das tensões social e política do presente, como o arcaico que tende a ser superado pela sociedade brasileira em “revolução”. Em outros termos, a identidade brasileira estaria em “construção”, em devir. Legando-nos o “iberismo”, o “agrarismo” e a “cordialidade”, nossa colonização (pilar dessa construção) não só fez com que a sociedade brasileira fosse portadora de ambigüidades, mas também algo que não se amolda muito bem à sua herança, fazendo-nos, os brasileiros, uns “desterrados em nossa terra” (HOLANDA, 2006a, p. 19).

Sérgio Buarque de Holanda começa sua obra percebendo o grande obstáculo para a construção de uma identidade e projeto brasileiros: nossa representação do

que somos não se refere à realidade do que somos. Para ele, a implantação de uma cultura européia nos trópicos, em um ambiente estranho à sua tradição, é o fato mais importante na origem do Brasil. Devido a isso, nossa cultura – sociabilidade, idéias, instituições – sendo “estrangeira”, não se adaptou bem aos trópicos, o que fez com que sempre pensemos a partir de idéias inadequadas à nossa realidade. Levando isso em conta, como seria possível, para nós, fazer projetos para o futuro? Tal futuro só poderia ser inventado, segundo o historiador, reconhecendo nossas raízes ibéricas e nossa realidade. Conforme expressão de José Carlos Reis (2007, p. 123): “somos *neoportugueses!*” O que isso significa?

Principalmente que herdamos uma cultura baseada no personalismo, onde toda a hierarquia e coesão social tendem ao individualismo anárquico, com ausência de uma moral do trabalho, resistência à regra social, à lei e com uma plasticidade que via na aventura uma audácia positiva (SALLUM Jr., 1999, p. 239).

Ou ainda, “que o índice do valor de um homem pode ser inferido da extensão em que não dependa dos demais” (SALLUM Jr., 1999, p. 239).

Com singular tipologia, inspirada principalmente, na concepção histórica de Dilthey e na sociologia de Max Weber, Holanda retrata as “fronteiras” e “herança”, com o “aventureiro”, o “trabalhador”, o “semeador”, o “ladrihador”, e o “homem cordial”, como os grandes tipos que permearam nossa história. Holanda começa por constatar uma identidade ibérica, uniforme e homogênea, que vai se desfazendo à medida que, comparando as colonizações portuguesa e espanhola, ele as distingue por suas singularidades. Assim, a colonização espanhola possui uma fúria centralizadora, por estar sua metrópole toda fragmentada e sujeita à desagregação; já os portugueses, que tiveram sua unidade política precoce, não arquitetam o futuro, não sujeitam a história a leis rígidas, pois já a domesticaram. Os espanhóis vinham para ficar; os portugueses, para enriquecer e voltar. Segundo o historiador, as elites brasileiras tratam o Brasil conforme os colonizadores portugueses: conquistam sua população e depredam a natureza, parece que estão de passagem, não há planejamento nem ação, muito menos uma elaboração do futuro. Nesse ponto, o autor enaltece a audácia espanhola, por serem construtores, racionais e urbanos (MONTEIRO, 1999; REIS, 2007).

Holanda denuncia o modo como, devido à nossa herança, transformamos o Estado e os partidos políticos em assuntos de chefes familiares. No mundo social, nas relações exteriores à família, circula o *homem cordial*: hospitaleiro ou agressivo, amigável ou hostil, generoso ou mesquinho, amigo eterno ou inimigo terrível, dependendo de detalhes da relação pessoal. Esse tipo cordial trata desconhecidos como se fossem irmãos, primos, agregados e, também, como escravos. Seu comportamento social, objetivo, é afetivamente transbordante, subjetivo, avesso ao ritual, obedece cegamente a caudilhos e ditadores. Quando intelectual, apresenta idéias dogmáticas e contraditórias e prefere as teorias que lhe repousem o espírito, como o positivismo.

No seu célebre capítulo sobre o “homem cordial”, Holanda expõe o que talvez seja sua maior preocupação nessa obra: a impossibilidade do funcionamento de modernas instituições societárias, principalmente as atividades estatais. O autor coloca que o indivíduo formado em um ambiente dominado pelo patriarcalismo dificilmente conseguirá distinguir entre os domínios do público e do privado, reproduzindo na administração pública o modelo de relações gerado na vida doméstica, a esfera dos laços de parentesco. Contrapondo Estado e família - através da oposição de Antígona e Creonte, sobre o cadáver de Polinice, conforme descrito por Sófocles - Holanda adverte para os perigos de uma educação totalmente pautada no ambiente familiar, que não prepara os cidadãos para a vida pública. No Brasil, onde sempre imperou o modelo patriarcal de família, mesmo com o desenvolvimento da urbanização, acarretou-se um “desequilíbrio social”, com:

[...] o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar - a esfera, por excelência dos chamados “contatos primários”, dos laços de sangue e de coração - está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas (HOLANDA, 2006a, p. 159-160).

Tal civilidade com fundo emotivo que constitui as relações sociais no Brasil influenciou desde a nossa linguagem, afeita aos diminutivos, até nossa religião, humana e singela, com toda uma “pessoalidade” que bem demonstra o nosso “horror à distância” e nossa “aversão ao ritualismo”, comprovada na malograda tentativa dos holandeses de colonizarem o Brasil, com suas instituições bem diferentes das oriundas de Portugal.

Sérgio Buarque de Holanda explicou que, ao adotar a expressão utilizada por Ribeiro Couto no texto “El hombre cordial, producto americano” (COUTO, 2006, p. 397 e 398), não o fez, contrariamente ao que afirmava o polêmico Cassiano Ricardo em 1948 (RICARDO, 2006, p. 365-392), entendendo que o brasileiro cordial era bondoso, mas que:

[...] pela expressão “cordialidade”, se eliminam aqui, deliberadamente, os juízos éticos e as intenções apologéticas a que parece inclinar-se o sr. Cassiano Ricardo, quando prefere falar em “bondade” ou em “homem bom”. Cumpre ainda acrescentar que essa cordialidade, estranha, por um lado, a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro, apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos e de *concordia*. A inimizade bem pode ser tão *cordial* como a amizade, nisto que uma e outra nascem do *coração*, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado (HOLANDA, 2006a, p. 218 e 219 - nota 06, cap. 05).

E para pensar em “nossos tempos”, a autor alerta que “essa aptidão para o social está longe de constituir um fator apreciável de ordem coletiva. Por isso mesmo que relutamos em aceitar um princípio superindividual de organização” (HOLANDA, 2006a, p. 169). Tal fato também se demonstra pelo nosso apego às idéias, a nossa *intelligentsia* (bacharelesca, amante dos livros e do vocabulário lapidado), mais do que à nossa realidade, que nos aparece como “um secreto horror”. Com isso:

De todas as formas de evasão da realidade, a crença mágica no poder das idéias pareceu-nos a mais dignificante em nossa difícil adolescência política e social. Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam. Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido (HOLANDA, 2006a, p. 175 e 176).

Dessa forma, o povo sempre esteve fora da política, bestializado com as mudanças oriundas tanto da nossa independência como de nossa república. Adequando-nos, como dito anteriormente, às teorias com prestígios estrangeiros, dispensamos exercícios mentais laboriosos, que requerem tempo, por raciocínios preguiçosos, que tudo resolvem num “gesto, como as varas mágicas”. Para citar um exemplo, temos a fantasia da “miragem da alfabetização do povo”, que traria o progresso de antemão, simultaneamente à educação de massa, que de forma simples e rápida seria responsável pela criação da “cidadania”.

Holanda também propõe a abolição como o grande marco da história do Brasil, um “divisor entre épocas” que frisou o declínio dos centros de produção agrária como fator da hipertrofia urbana, abrindo a possibilidade de novas formas sociais e políticas manifestarem-se, evitando o despotismo, que “conduz mal com a doçura do nosso gênio” (HOLANDA, 2006a, p. 194). Aqui:

As palavras mágicas Liberdade, Igualdade e Fraternidade sofreram a interpretação que pareceu ajustar-se melhor aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais, a as mudanças que inspiraram foram antes de aparato do que de substância. Ainda assim, enganados por essas exterioridades, não hesitamos, muitas vezes, em tentar levar às suas conseqüências radicais alguns daqueles princípios. Não é, pois, de estranhar, se o ponto extremo de impersonalismo democrático fosse encontrar seu terreno de eleição em um país sul-americano (HOLANDA, 2006a, p. 197 e 198).

Analisando o caudilhismo latino-americano, o integralismo que despontava na década de 1930 e a urgência da democracia no Brasil, Holanda ressalta:

Essa vitória nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde

ainda assenta nossa vida social. Se o processo revolucionário a que vamos assistindo, e cujas etapas mais importantes foram sugeridas [ao longo do livro], tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as conseqüências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar (HOLANDA, 2006a, p. 198 e 199).

Em seu conhecido, e talvez exagerado otimismo com relação ao processo de urbanização, rumo a uma sociedade mais racional e democrática, nossa cordialidade poderia, segundo Sérgio Buarque, adaptar-se aos valores democráticos, principalmente por três motivos:

- 1) a repulsa dos povos americanos, descendentes dos colonizadores e de população indígena, por toda hierarquia racional, por qualquer composição da sociedade que se torne obstáculo grave à autonomia do indivíduo;
- 2) a impossibilidade de uma resistência eficaz a certas influências novas (por exemplo, do primado da vida urbana, do cosmopolitismo), que, pelo menos até recentemente, foram aliadas naturais das idéias democrático-liberais;
- 3) a relativa inconsistência dos preconceitos de raça e de cor (HOLANDA, 2006a, p. 204).

Além disso, os brasileiros tenderiam à bondade natural, analogamente à expressa na filosofia de Rousseau, em contraposição ao conceito hobbesiano de luta de todos contra todos.

Em texto escrito em 1948 – doze anos após a publicação de *Raízes do Brasil* – em resposta a Cassiano Ricardo sobre a polêmica em torno do homem cordial, Holanda afirma que “a própria cordialidade não me parece virtude definitiva e cabal que tenha de prevalecer independentemente das circunstâncias mutáveis da nossa existência” (HOLANDA, 2006b, p. 395-396), pois:

[...] com a progressiva urbanização, que não consiste apenas no desenvolvimento das metrópoles, mas ainda e sobretudo na incorporação de áreas cada vez mais extensas à esfera da influência metropolitana, o homem cordial se acha fadado provavelmente a desaparecer, onde ainda não desapareceu de todo. E às vezes receio sinceramente que já tenha gasto muita cera com esse pobre defunto (HOLANDA, 2006b, p. 396).

O autor talvez tenha se precipitado em seu último diagnóstico, afinal a grande pergunta de Holanda, segundo Faoro, seja: **por que obedecer?** - pensando no “nosso liberalismo, falso e mentiroso que prescinde dos cidadãos, ainda persiste no curso de nossa enfermidade histórica, onde a soberania popular, que só se constitui com cidadania, ainda não conseguiu superar” (FAORO, 1998, p. 70).

Infelizmente, constatamos que, embora com avanços notáveis, a utopia política de Holanda ainda não se realizou e nossa democracia ainda carrega a marca desse passado: colonizador, escravocrata e de favores privados em âmbito público. Tal fato justifica nossa retomada da condição cultural de nossa sociabilidade, que ainda permanece regada pela “ética do favor”, avessa à impessoalidade da *res publica*, mesmo em um ambiente urbano e cosmopolita.

Interessa-me, neste ponto, como Sérgio Buarque reinterpreta o passado, nossas memórias sociais, e pensa no futuro sem esquecer nossa singularidade. Reproduzindo o dilema da “doença de Nabuco”, qual seja, o de nos sentirmos expatriados em nossa própria terra, aprendemos em *Raízes* que os brasileiros vivem aqui, mas não se localizam bem, pois quando pensam, reproduzem abstrações, repetem idéias adequadas a outro lugar e não as usam para se conhecer. Holanda parece falar-nos do homem médio urbano, do homem livre da dominação do senhor rural. Enfatizando a mudança e não a continuidade, o autor entende a história como não permanente; sendo constituída a cada presente, em relação de recepção e recusa do passado e de abertura e fechamento ao futuro.⁴

Também compreendendo o favor como um aspecto importante de nossas formas de convivência social⁵, o crítico literário, Roberto Schwarz – estudioso da obra do “mestre na periferia do capitalismo”, Machado de Assis – identifica que a colonização no Brasil produziu três classes: o latifundiário, o escravo, e o homem livre. Para o autor o último, que tem o agregado como sua caricatura, o interessa deveras, pois nem o proprietário, nem o operário, são dependentes do favor direto ou indireto de um grande. A relação do homem livre com o proprietário é o mecanismo da vida ideológica. Devido a isso, mesmo as profissões liberais dependiam dele e o *favor constitui-se em nossa mediação universal*. Mais simpático do que o nexos escravista, é compreensível, para Schwarz, que os escritores (romancistas e estudiosos) tenham baseado nele (o favor) a sua interpretação do país.

Formando-se, a um só tempo, num país agrário e livre do jugo metropolitano, que dependia do trabalho escravo e do mercado externo, era inevitável, no Brasil, o raciocínio econômico burguês. Éramos recém independentes (em nome das idéias liberais) e este conjunto ideológico iria chocar-se contra a escravidão e seus defensores, convivendo com eles. A escravatura, impunha limites à racionalidade produtiva, não se poderia demitir um escravo e o trabalho era espichado, para disciplinar seu tempo, o oposto do que era moderno fazer. Segundo o autor, o estudo racional da produção era sem propósito no Brasil, porém, os escravistas também buscavam o lucro: o nó para a vida intelectual estava armado. Em matéria de racionalidade, os papéis se embaralhavam e trocavam normalmente: a ciência era fantasia e moral, o obscurantismo era realismo e responsabilidade, a técnica não era prática, o altruísmo implantava

⁴ Idéia contida na análise de José Carlos Reis. op.cit.

⁵ Para o aprofundamento da questão do favor e sua intrincada rede de relações, também recomendo a leitura de FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, 1997, livro que muito influenciou as análises de Roberto Schwarz, segundo o próprio autor.

mais-valia. Como não havia interesse organizado da escravaria, ainda segundo Schwarz, o confronto entre humanidade e inumanidade era empregado na forma de como empregar o capital. Assim sendo, escravidão e ideologia liberal não combinavam, mas coerência e generalidade não pesavam muito. Por sua mera presença, a escravidão indicava a impropriedade das idéias liberais, mas, a escravidão não era o nexu efetivo da vida ideológica.

Roberto Schwarz recorda-nos de que Joaquim Nabuco já denunciava o fato “impolítico e abominável” da escravidão, que humilhava os brasileiros⁶ e mostra a disparidade entre a sociedade escravista e o liberalismo europeu. Sua tese é a de que o escravismo desmente as idéias liberais, enquanto o favor as absorve e desloca, num jogo fluido que não pode ser racionalizado. O favor pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra. Não estávamos para a Europa como o feudalismo, éramos fruto do capitalismo comercial, adotávamos sofregamente os valores da burguesia européia, que foram elaborados contra o arbítrio da escravidão, enquanto, na prática, o favor reafirmava sem descanso os sentimentos e as noções que implica. Para o autor, com a burocracia e justiça ocorria o mesmo: embora regidas pelo clientelismo, proclamavam as formas e as teorias do estado burguês moderno. Tal antagonismo produziu uma coexistência estabilizada: adotadas as idéias e razões européias, elas podiam servir e muitas vezes serviram de justificação, nominalmente “objetiva”, para o momento de arbítrio que é da natureza do favor. Essa recomposição é capital. De ideologia o liberalismo passa a penhor intencional duma variedade de prestígios com que nada tem a ver; tal arbítrio se justifica racionalmente e o favorecido engrandece a si e ao seu benfeitor, que não vê, nessa era de hegemonia das razões, motivo para desmenti-lo. Essa compensação simbólica era desafinada em relação ao Liberalismo, que era secundário, e, ao mesmo tempo, justa em relação ao favor, que era principal, tudo justificado pelas idéias vigentes do tempo: as européias. Neste contexto, as ideologias não são falsas, mas derivam do óbvio, a superioridade da Europa e ligam-se ao momento expressivo, de auto-estima e fantasia, que existe no favor. Com método atribui-se independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio etc. Vale notar que da tensão com o liberalismo há a tensão com a democracia; um não implica no outro⁷.

Essa combinação entre latifúndio escravista e trabalho livre, segundo Schwarz, foi decisiva para nosso clima ideológico. Nela as idéias da burguesia tomam função de ornato e fidalguia. A novidade está na dissonância propriamente incrível que ocasionam o saber e a cultura de tipo “moderno” quando postos neste contexto. A vida ideológica degradava e condecorava os seus participantes,

⁶ Vale aqui ressaltar que a obra *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco, foi a primeira tentativa de análise brasileira a partir da escravidão, que teria criado uma cultura que dominou toda a sociedade brasileira, com seu autoritarismo e arbitragem, já que “um governo livre, edificado sobre a escravidão, seria virgem na história” (NABUCO, 2000, p. 121).

⁷ Nesse ponto, a análise difere-se da que vimos em Sérgio Buarque, tendo este como principal preocupação a possibilidade de uma vida democrática em um país com nossa herança.

entre os quais muitas vezes haveria clareza disso. Prestação e contraprestação (reconhecimento recíproco) – nenhuma parte denuncia a outra, ainda que possa, o que gera uma cumplicidade entre elas: no contexto brasileiro, o favor assegurava às duas partes, em especial à mais fraca, de que nenhuma delas é escrava.

Com isso:

Mesmo o mais miserável dos favorecidos via reconhecida, no favor, a sua livre pessoa, o que transforma prestação e contraprestação, por modestas que fossem, numa cerimônia de superioridade social, valiosa em si mesma. Lastrado pelo infinito de dureza e degradação que esconjurava – ou seja a escravidão, de que as duas partes beneficiam e timbram em se diferenciar – este reconhecimento é de uma convivência sem fundo, multiplicada, ainda, pela adoção do vocabulário burguês da igualdade, do mérito, do trabalho, da razão (SCHWARZ, 2000, p. 20).

Portanto, na ótica de Schwarz, nosso “discurso impróprio era oco também quando usado propriamente” (SCHWARZ, 2000, p. 21), o que se repete no século XX, quando juramos, crentes de nossa modernidade, segundo as ideologias da cena mundial. O autor insiste no viés que o escravismo e o favor introduziram nas idéias do tempo, descrevendo-as como enviesadas, fora do centro em relação à exigência que propunham, e, por essa mesma qualidade, reconhecidamente nossa, o que assinala a graça e o drama de um arremedo substituído por outro, uma vez que demonstra quanto era alheia a linguagem na qual se expressava, inevitavelmente, o nosso desejo de autenticidade, havendo, conforme já proposto por Holanda, um desacordo entre a representação do Brasil e o que, pensando bem, sabemos ser o seu contexto.

Consolidada por seu papel no mercado internacional, e mais tarde na política interna, a combinação de latifúndio e trabalho compulsório atravessou impávida a Colônia, Reinados e Regências, Abolição, a Primeira República, e hoje mesmo é matéria de controvérsia. O ritmo de nossa vida ideológica, no entanto, foi outro, também ele determinado pela dependência que vai transformar em defeito essa conformação entre escravidão e liberdade; quando insiste na impossível autonomia cultural, e, profundamente, quando reflete sobre o problema. A eternidade das relações sociais quanto à lepidéz ideológica das elites eram a parte que nos toca da gravitação do sistema capitalista. Um latifúndio pouco modificado viu passarem diversas tendências européias, como as maneiras barroca, neoclássica romântica, naturalista, modernista e outras. Seria de supor que aqui perdessem a justeza, o que de fato se deu, no entanto, vimos que é inevitável este desajuste, ao qual estávamos condenados, conforme o autor, pela máquina do colonialismo.

Devido a isso, apresentamos uma espécie de “torcicolo cultural”, pois as “idéias liberais não se podiam praticar, sendo, ao mesmo tempo indescartáveis” (SCHWARZ, 2000, p. 26). Devemos acompanhar o movimento, do qual a falsidade, é parte verdadeira, no qual gravitavam segundo regras singulares. Assim, alertamos o autor que “conhecer o Brasil era saber destes deslocamentos, vividos e praticados por todos como uma espécie de fatalidade, para os quais, entretanto,

não havia nome, pois a utilização imprópria dos nomes era a sua natureza” (SCHWARZ, 2000, p. 26).

DUAS OBRAS LITERÁRIAS

Roberto Schwarz buscou, na gravitação das idéias, um movimento que desse singularidade ao Brasil. Partiu de uma sensação comum: de que aqui as idéias estavam fora do centro, em relação ao seu uso europeu. Para analisar uma originalidade nacional, sensível no dia-a-dia, somos levados a refletir sobre o processo de colonização em seu conjunto, que é internacional. Definimos um campo vasto e heterogêneo, mas estruturado, que é resultado histórico, e pode ser de origem artística.

Em sua obra *Duas Meninas*, Schwarz insiste nessa tese, marcando a distância entre as idéias e a realidade histórica. Percebemos que seu método – segundo o qual a noção de forma literária é tida como a reunião abstrata de componentes pertencentes à mesma ordem das proto-condições da história, um recurso – salienta traços comuns dos vários extratos da realidade, sem que ocorra uma mera repetição (FERNANDES, 1998). Neste movimento metodológico, consiste o “princípio de reversibilidade” que permite compreender *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, célebre criação literária e, também, *Minha vida de Menina* (1998), suposto diário “sem intenção de arte” de uma jovem de Diamantina (MG) do final do século XIX, Helena Morley – em função um do outro–, e a relação de ambos com a realidade histórico-social, a partir da qual foram elaborados. O interesse do crítico é direcionado para a relação entre literatura e sociedade, deixando-se fixar na mediação (a forma). O salto que seu livro representa reside neste “princípio de reversibilidade”, que estuda a realidade a partir da forma literária e vice-versa.

Não farei uma análise do livro em questão, mas interessa-me, para a presente pesquisa, os elementos apontados por Schwarz, que singularizam o Brasil, com sua forma “pitoresca” de associação que, ao tornar relações de favor corriqueiras na ordem patriarcal, profundamente marcada pelo antagonismo de classe e pela falta de integração do negro à sociedade, transforma o “agregado” em um privilegiado.

O diário de Helena Morley (1998), escrito entre 1893 e 1895, entre os treze e quinze anos da autora, e publicado em 1942, oferece-nos um panorama do Brasil pós-abolição, que através da reciprocidade social dá conta da feição inesperadamente maleável de um ornamento de classes rígido, com uma “brecha” entre o avanço e retrocesso, sem deixar que se forme um antagonismo entre civilização e barbárie, permitindo, assim, uma vitória sobre a compartimentação social.

Com arguta inteligência, Helena vai, ao longo de seu diário, introduzindo-nos em seu universo de relações, que embora localizado, mostra-nos um Brasil onde o obséquio, a razão individual e o familismo paternalistas coexistem. Ao

relatar (e racionalizar) sua vida, Helena revela-nos um substrato autoritário da aliança tão brasileira entre “civilizados” e “agregados”, com a qual as aspirações à liberdade têm que se ver.

Segundo o crítico, “encantado” com a menina, o brilho de seu diário é justamente o de mostrar a dialética entre uma vida que deve ser aproveitada (com brincadeiras, riso frouxo e malandragens) *versus* uma nova civilização utilitária e burguesa (com trabalho árduo). Morley, com sua personalidade rebelde, fraterna e individualista, passa, ao longo do livro, de observadora dos fatos à espertíssima, pois tentará sempre se destacar ou levar vantagem. Em todo seu texto, Schwarz demonstra a “simplicidade complexa” da menina, que ignora palavras empoladas e tem birra por tudo o que representa ostentação social, o que, de certa forma, torna-se compatível com nossa “modernização conservadora”. Nesse sentido, o crítico literário compara Morley com Capitu (personagem de *Dom Casmurro*), pois compondo anedotas de nossa vida pitoresca, situada no século XIX entre o predomínio do patriarcado e a urbanidade, ambas representam a vitória das luzes, ou mesmo a derrota das forças que já não têm mais razão de ser, em especial as do atraso da ex-colônia.

Segundo Schwarz (1997), ambas as meninas, Capitu e Helena Morley, representam a “constelação social” própria ao Brasil de seu tempo. Capitu acaba “derrotada”, por um marido ciumento que, na lógica do proprietário mimado que agrega a menina pobre, descarta a saída “justa e democrática”, revelando a estrutura que compatibiliza as aparências modernizantes e o substrato patriarcal, arcaico e moderno; enquanto Helena surpreende, mostrando os impasses das relações brasileiras com uma visão otimista da cooptação e do acaso (que também está presente na primeira parte de *Dom Casmurro*).

Helena, sendo filha de pai protestante (Alexandre), lavrador inglês decadente e de uma mãe (Carolina), católica e dedicada ao marido, tem sua família situando-se entre duas ordens: senhores em relação aos vizinhos pobres (como Siá Ritinha ou o negro Emídio) e agregados em relação aos familiares ricos (a avó e o tio Conrado). A família de Morley, com sua pieguice constante e rigor em relação ao trabalho, mostra como a ordem patriarcal vai perdendo suas feições autoritárias e ganhando “tom de curiosidade”, em um “microclima alheio ao obscurantismo”. Em virtude de tal característica, Schwarz (2007, p. 111) expõe que a tese do seu ensaio é da:

Energia histórica da naturalidade de Helena não serve para sugerir território de beleza indiferente às classes e acima da História. O contraste com o verbalismo deixa pensativo, coloca em evidência os descaminhos eventuais da atualização em nações da periferia, ou ainda, apontam o caráter desastroso da modernização brasileira, que volta e meia transforma no contrário as nossas necessárias e inevitáveis aspirações de progresso, também na área da arte.

Havendo, no diário de Morley, “oposições integradoras”, em contraste ao “primarismo da dissociação”, Roberto Schwarz afirma que o interessam os modos de encarar o campo dos dominados, qual seja, o **outro** por excelência, com

encadeamento enxuto dos fatos e “reversibilidade” entre categorias. A superioridade da prosa de Helena reside nesse fato: economizando no localismo, evitando isolar a particularidade, expõe um “desconjuntamento social” que não é exclusivo dos subalternos (pobres e negros). A superstição, só para dar um exemplo, perpassa as classes sociais, não sendo privilégio das classes desprovidas de capital.

Na descrição de vários episódios de sua vida: o apego à avó, a fuga dos estudos, a relação com os negros, a visão de sua vizinha, a relação com a família, o riso que não escolhe ocasião ou classe para se manifestar, etc; Schwarz observa que a excelência dessa obra “confirma o programa machadiano, que à matéria nacional explícita e emblemática preferia o ‘sentimento íntimo’ do país e do tempo, o famoso brasileirismo interior” (SCHWARZ, 2007, p. 128). Com isso, o crítico literário afirma que a escrita da menina não criou “bolor”, como ocorreu com alguns pensadores do século retrasado: Euclides, Pompéia, Bilac e Aluizio, podendo ser considerado um dos melhores livros do século XIX (depois de Machado) justamente por mostrar uma particularidade social – um Brasil pós-abolição que ensaia o assalariamento – sem ser trivial ou mesmo ideológico⁸, o que acaba por colocar “nossa menina” ao lado dos mestres realistas, já apresentando traços paramodernos⁹.

Assim, para o crítico, *Minha Vida de Menina* representa uma “substantiva linha da Literatura Brasileira”, que não exclui aspectos evidentes da realidade, parecendo, pelo menos por um momento, que ocorrerá uma reacomodação interna, abrindo uma brecha para um progresso de outra sorte, com a involução relativa da economia regional barrando o progresso burguês, pelo menos até a “incongruência social costumeira” (SCHWARZ, 2007, p. 144) reclamar seus direitos.

REPERCUSSÕES CONTEMPORÂNEAS NA EDUCAÇÃO

A busca de uma identidade nacional, com todos os seus enigmas e complexidades, sempre esteve presente, de alguma forma, nas preocupações de nossos pensadores sociais, como uma “penosa construção de nós mesmos”, para usar a expressão de Paulo Emilio Gomes. Ao longo do presente artigo, procurei demonstrar como o *favor*, entendido como revelador de uma forma de sociabilidade, aparece constantemente em nossas relações, podendo ser considerado um elemento de permanência em nossa cultura. Tendo ciência de que essa é uma, dentre tantas, perspectivas de explicação sobre como o poder “circula” pelas redes da sociabilidade brasileira, nossos intérpretes – analisando

⁸ Roberto Schwarz afirma tomar muito emprestado de Antonio Candido, que na *Dialética da Malandragem*, já havia apresentado, com seu estudo sobre o romance *Memórias de um sargento de Milícias*, uma visão real e simpática do país - pelo desaparecimento das classes dominante e produtora - e personagens que transitam entre a ordem e a desordem, num vai-e-vem sem culpa.

⁹ Segundo Schwarz (2007), a prosa moderna erudito-informal tentava formar uma “família nacional”, ou seja, desenvenenar as separações do Brasil antigo e as alienações da moderna civilização burguesa, as quais tentava evitar, com o rearranjo da linguagem e o uso coloquial dos pronomes, dentre outras coisas.

uma identidade que aparece sempre como “falta” - indicam-nos caminhos, para problematizarmos sobre, afinal, “quem somos nós?”; “o que temos?” ou “O que podemos ser?” Ao considerar que a própria busca já é em si uma de nossas identidades, podemos sobrepor várias pistas, sejam elas a dos discursos filosóficos, científicos, literários ou mesmo históricos, uma vez que nenhum deles isoladamente dá conta da complexidade das nossas relações sociais; discursos polimorfos para uma realidade polimorfa.

Ao que tudo indica, nossa “cordialidade”, afetuosa e agressiva, e nosso histórico de obséquios e favores, elucidam como a revolta sempre foi evitada ao longo de nossa história cristalizada de dominação. Mantendo os negócios de Estado como assuntos de família, nossa democracia parece acontecer sem um “povo” politicamente constituído, e o espaço público aparece como sendo ou da família ou de “ninguém”. Em ambos os casos o compromisso coletivo com a vida pública parece ser anulado. Assim, tal autoridade, tutelar e íntima, relega condição de supérflua nossa vida pública, a política e os direitos.

Elucidar tal contexto social é condição necessária para pensarmos a educação no Brasil. A pedagogia brasileira parece sempre partir do início, como se não tivéssemos passado, copiando tendências e modismos, negando qualquer tradição histórica e cultural, num eterno (re)começo sem direção definida. Como fruto da modernidade, e da crença na melhoria da conduta humana através da instrução, a escola tem como grande desafio a formação da cidadania. No contexto brasileiro, tal desafio torna-se ainda mais difícil, uma vez que se trata de uma sociedade que não valoriza a política. Além disso, todo um universo de cordialidades e preconceitos estão muito arraigados em nossa cultura, o que demanda que nossa educação precisa dar conta de mais um importante aspecto: a possibilidade do *educar na diferença*, a convivência com o *outro* que está ali, não simplesmente para ser tolerado, mas para transitar, fazendo-nos repensar a nós mesmos (DUSCHATZKY e SKLIAR, 2001).

Importante notar a emergência da questão da diversidade como problema educacional, o que só ocorreu após a Constituição de 1988. A demanda por uma educação que lide com a pluralidade cultural é prioritária, principalmente após a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), em que valores de respeito às diferenças são colocados como essenciais às diretrizes educacionais. Desse documento até as últimas publicações federais sobre o tema percebem-se algumas modificações. Os valores de uma sociedade mais justa apresentam-se como primordiais, o que ainda demonstra que a escola está atrelada ao projeto moderno. O que parece ter mudado é mesmo o conceito de justiça, tal como vinculado aos discursos que permeiam a prática pedagógica atual. Não mais priorizando a igualdade entre todos ou a distribuição mais igualitária de bens, como algo a ser perseguido, a grande questão que agora vem dominando os discursos¹⁰ educacionais parece ser a do convívio harmônico entre as *diferenças*.

¹⁰ Estes são aqui definidos como produções vinculadas a relações de poder que dominam sua aleatoriedade e esquivam seu caráter material, reconhecendo seus grandes planos e denominando a apropriação social dos discursos (FOUCAULT, 2008).

Exercendo papel fundamental no processo de reconhecimento das complexidades culturais, através dos recortes sobre como os homens fizeram sua História e construíram seus conhecimentos, a escola pode tanto defender como questionar as formas hegemônicas com respeito às diversidades culturais, ensinando ou suprimindo regras do convívio democrático com as diferenças. Devido a isso, cumpre notar como grande avanço democrático o Estado reconhecer que a discriminação existe, é negativa e, portanto, precisa ser resolvida, o que aparece como demanda nos documentos federais sobre educação (BRASIL, 1996, 1998, 2007).

Contudo ressalta-se a importância de indagarmos o que parece ser um deslocamento dos discursos sobre a diferença/diversidade. Sem tirar o mérito e a importância da questão das diferenças na escola, e a urgência de tratamento que as mesmas requerem, precisamos nos atentar ao que foi intitulado por Pierucci (1999) como “ciladas da diferença”, ou seja, como se dá o deslocamento ideológico das demandas políticas dos novos movimentos sociais – principalmente os “movimentos” feminista, negro, indígena - que antes enalteciam a igualdade e hoje buscam a diferença. Parece-me necessário uma séria abordagem de como isso se dá também no campo educacional, é nisso que consiste minha atual investigação como pesquisadora. Melhor especificando: ao estudar as diretrizes sobre a temática da diversidade cultural e educação no Brasil, nota-se a necessidade de reformas indispensáveis em livros didáticos nitidamente preconceituosos e excludentes, que – só para citar alguns exemplos – mostram os índios como homogêneos e dóceis, negros como a-históricos, de hábitos apontados como pejorativos, ou ainda mulheres submissas e dependentes aos seus maridos. Tal urgência de mudança parece hoje ser um fato. O que não parece tão evidente é como a atual onda de afirmação das diferenças não é óbvia e provoca uma “virada ideológica” (PIERUCCI, 1999), uma vez que, desde a Revolução Francesa, o tema da afirmação das diferenças sempre foi caro aos conservadores de “direita”, que sempre afirmaram *sua* identidade, e a igualdade prevalecia como a bandeira ideológica da “esquerda”. Faz-se então necessário investigar como tal deslocamento ocorre no ideário da educação brasileira, averiguando como a *luta por reconhecimento* vem assumindo o status preponderante nos documentos sobre educação.

Achar que tal assunto pode ser concluído com facilidade pareceria, na melhor das hipóteses, pretensão ou descaso. Devido à importância do tema, diretamente ligado ao que somos e no que podemos vir a ser, proponho terminar com algumas reflexões, que foram as bases do presente artigo e que me parecem fundamentais para criticarmos, com vistas à reinvenção, uma democracia “cordial”, “deslocada”, e suas conseqüentes repercussões educacionais, acerca do convívio com as diferenças. São elas: Como podemos viabilizar, no Brasil, uma escola baseada em valores liberais e democráticos, que pretende formar cidadãos, quando imersa em uma sociedade regida, ainda hoje, pelos “afetos e violências” cordiais revelados em nossa socialização conduzida pelo favor? Como lidar com a pluralidade cultural – talvez um dos assuntos de maior relevância no mundo contemporâneo – quando insistimos em negar nosso passado, fazendo dos novos discursos sobre a emergência e o combate da tão arraigada discriminação (de vários tipos) novamente *idéias fora de lugar*? Encarar tal herança

e mapear os possíveis riscos de um discurso que não leve em consideração tal especificidade, parece não só necessário, mas urgente, para apostarmos tanto em novas práticas democráticas como pedagógicas, afim de que, a tão necessária (re)construção de nós mesmos, seja não só possível, mas apresente *novos percursos* em nosso vir-a-ser.

KOWALEWSKI, Daniele Pechuti. Favor, cordiality & rights: educational repercussions. *Educação em Revista*, Marília, v. 11, n.12, p. 21-38, Jan.-Jun. 2010.

ABSTRACT: This article aims to query about the permanence of favor in Brazilian socialization and democracy. As we consider this issue, the following question arises: “our” difficulty in keeping public and private spheres apart throughout the development of National State; or our strangeness upon the idea of rights (universality, equality, responsibilities and reciprocity). My purpose is to highlight this difficulty in our sociability and, therefore, in our school. Thus, the following analyses will be used: Sergio Buarque de Holanda on the *cordial man* and Roberto Schwarz on *favor* in our History, in the character Capitu and in Helena Morley’s diary. The essay ends with some reflections with regard to the problems contemporaries of the Brazilian education, on to the subject of the cultural plurality, in what we are and what let us can come to be.

KEYWORDS: Cordiality. Favor. Cultural plurality. School. Democracy in Brazil.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otilia Beatriz e ARANTES, Paulo. **Sentido da Formação:** três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Secretaria de Educação Básica. Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade: Kits: **Relações étnico-raciais e de gênero; Protagonismo Juvenil, Inclusão e Exclusão Escolar.** módulo 1: **Ética** – módulo 2: **Convivência Democrática** – módulo3: **Direitos Humanos** – Módulo 4: **Inclusão** / organização FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP), equipe de elaboração Ulisses F. Araújo ...(et al), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: Ministério da Educação, 2007. 3 kits com 4 v.

COUTO, Rui Ribeiro. “El hombre cordial, producto americano” in HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** (Org. Ricardo B. de Araújo, Lilia M. Schwarcz). Ed.rev. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 397-398.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. Volumes 1/2. 10 ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira. São Paulo: Publifolha, 2000.

_____. Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras. In: CANDIDO, Antonio. (org). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

- FERNANDES, Rogério Cordeiro. **A dialética envenenada de Roberto Schwarz**. Estudos Sociedade e Agricultura, 11, outubro 1998: 207-210. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/rogeri11.htm>. Acesso em 07 abr. 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. 16 ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. (Org. Ricardo B. de Araújo, Lilia M. Schwarcz). Ed.rev. São Paulo: Companhia das Letras, 2006a, p. 03-232.
- _____. Carta a Cassiano Ricardo. São Paulo, Setembro de 1948. in HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. (Org. Ricardo B. de Araújo, Lilia M. Schwarcz). Ed.rev. São Paulo: Companhia das Letras, 2006b, p. 393-396.
- LARROSA, Jorge e SKLIAR, Carlos (org.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- MONTEIRO, Pedro Meira. **A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- MORLEY, Helena. **Minha Vida de Menina**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. São Paulo: Publifolha, 2000.
- PIERUCCI, Antonio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 1999.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil I: De Varnhagen a FHC**. 9 ed. ampliada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- RICARDO, Cassiano. “Variações sobre o ‘homem cordial’”. São Paulo, julho de 1948. in HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. (Org. Ricardo B. de Araújo, Lilia M. Schwarcz). Ed.rev. São Paulo: Companhia das Letras, 2006c, p. 365-392.
- SALLUM Jr. Brasílio. “Sérgio Buarque de Holanda: Raízes do Brasil” in MOTA, Lourenço Dantas (org). **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. 2 ed. São Paulo: SENAC, 1999.
- SCHWARZ, Roberto. **Duas Meninas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. 5 ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOWALEWSKI, D.P.